UNIVERSIDADE ESTADUAL DO CENTRO-OESTE

Reconhecida pelo Decreto Estadual nº 3.444, de 8 de agosto de 1997

Ano	**2024**
Tp. Período	**Anual**
Curso	**CIENCIAS BIOLOGICAS - Bacharelado (045)**
Disciplina	**3711 - LEGISLACAO AMBIENTAL**
Turma	**CBI**
Local	**CEDETEG**

Carga Horária: **68**

PLANO DE ENSINO

EMENTA

Princípios do direito ambiental; Política Nacional do Meio Ambiente: organização administrativa e hierarquia; Repartição das competências entre União, Estados e Municípios; Legislações específicas e correlatas referente às águas, ao ar, ao solo, à fauna e flora. Medidas jurídicas de proteção ao meio ambiente; responsabilidade civil, penal e administrativa.

I. Objetivos

Capacitar os estudantes a compreender princípios do Direito Ambiental e sua relação com a legislação ambiental. Desenvolver domínio da competência ambiental comum e do sistema nacional do meio ambiente. Compreender os instrumentos da política nacional do meio ambiente. Conhecer as principais legislações ambientais em vigor. Atividades de extensão.

II. Programa

1. Constituição Federal; 2. Lei Complementar nº 140 Cooperação entre a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios; 3. Lei nº 6.938/1981 Política Nacional do Meio Ambiente; 4. Lei nº 9.985/2000 Sistema Nacional de Unidades de Conservação; 5. Lei 12.651/2012 Novo Código Florestal; 6. Lei 9.605/1998 Lei de Crimes Ambientais; 7. Lei nº 9.433/1997; Política Nacional de Recursos Hídricos; 8. Lei 8.171/1991 Dispõe sobre a Política Agrícola; 9. Lei nº 6.514/2008 Dispõe sobre as infrações e sanções administrativas ao meio ambiente; 10. Lei nº 6.766/1979 Dispõe sobre o parcelamento do solo urbano; 11. Lei nº 12.187/2009 Política Nacional sobre Mudança do Clima; 12. Resolução CONAMA nº 237/1997; Licenciamento ambiental; 13. Resolução CONAMA nº 001/1986 Impacto ambiental EIA/RIMA; 14. Decreto nº 11.413/2023 Logística reversa; 15. Lei nº 11.428/2006 Mata Atlântica; 16. Perícia Judicial e extrajudicial; 17 Política Nacional sobre Resíduos Sólidos; 18 Atividades de extensão

III. Metodologia de Ensino

Exposição oral em sala de aula; estudos de caso; saídas de campo.

IV. Formas de Avaliação

Os alunos serão avaliados a partir de avaliações escritas, avaliação oral, relatórios de atividades, questionários, seminários, participação e postura nas atividades desenvolvidas no decorrer da disciplina. Recuperações serão realizadas uma a cada semestre na forma de prova substitutiva à menor nota obtida em uma das avaliações semestrais escritas.

V. Bibliografia

Básica

MACHADO, P. A. L. Direito Ambiental Brasileiro. 26 ed. Ver. Ampl. E atual. – São Paulo: Malheiros, 2018

PRADO, L. R. Crimes contra o meio ambiente. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, LTDA. 2001.

LEHFELD, L. S.; CARVALHO, N. C. B.; BALBIM. L. I. N. Código Florestal Comentado e Anotado artigo por artigo. São Paulo: Editora Método, 2013

FRANCO. C. A. O. Município e Questão Socioambiental. Bases jurídicas para uma gestão local sustentável. Curitiba: Juruá, 2009

PARANÁ Secretaria de Estado do Desenvolvimento Urbano e do Meio Ambiente Coordenadoria de Estudos e Defesa do Meio Ambiente. Coletânea de Legislação ambiental federal e estadual. Curitiba: Imprensa Oficial, 1990.

FARIAS, G. L.; LIMA, M. C. Coletânea de legislação ambiental: federal, estadual. Curitiba: [s.n.], 1990.

Complementar

CONSTITUIÇÃO FEDERAL: coleção de leis de direito ambiental (CLDAmb). Barueri: Manole, 2004.

MORAES, L. C. S. Código florestal comentado: com alterações da lei de crimes ambientais, Lei 9605/98. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

PANASOLO, A.; PETERS, E. L.; NUNES, M. S. Áreas verdes urbanas. À luz da nova legislação florestal: proteção, intervenção, hipóteses de uso e regularização fundiária. Curitiba: Ambiente Juris, 2016.

APROVAÇÃO

Inspetoria:	DEBIO/G
Tp. Documento:	Ata Departamental
Documento:	668
Data:	30/04/2024